



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

(Estado do Rio Grande do Sul)

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a atualização da remuneração dos servidores da Câmara Municipal, nos meses de maio a agosto de 1989.

EGON SCHNECK, Prefeito Municipal de São Sebastião do Cai.

FAÇO SABER que a Câmara aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a reajustar, em maio, mediante decreto numerado, em dez por cento (10%), as tabelas constantes da lei nº 1.323, de 19 de abril de 1989, relativas à remuneração dos servidores da Câmara Municipal.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a reajustar, mensalmente nos meses de junho, julho e agosto de 1989, os valores constantes das tabelas a que se refere o artigo anterior, consideradas em cada mês, a arrecadação efetivamente realizada até o mês anterior, bem como a despesa paga ou empenhada em relação a Pessoal Civil, mais os encargos sociais, de modo e que nunca seja ultrapassado o limite de sessenta e cinco por cento (65%) a que se refere o art. 38 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

§ 1º - Se, com a aplicação do índice de reajuste, for ultrapassado o limite de 65% a que se refere o "caput" deste artigo, o índice será reduzido até esse limite.

§ 2º - Os reajustes de que trata este artigo serão feitos através de decreto numerado, de que constarão as tabelas atualizadas, que servirão de base ao reajuste do mês posterior.

§ 3º - A cada reajuste o Executivo enviará cópia do respectivo decreto à Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta Lei deixará de vigor se, por motivos supervenientes, tornar-se impraticável ou inconveniente o seu cumprimento.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Cai,

Autoria: MESA DA CÂMARA MUNICIPAL.

Autenticação:

João da Silva Reis *Egon Schneck*



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

(Estado do Rio Grande do Sul)



Justificação

O Executivo Municipal oferece à apreciação da Câmara um projeto de lei que dispõe sobre a atualização das tabelas de remuneração dos servidores municipais a ele subordinados, nos meses de maio (10%), junho, julho e agosto (de acordo com o índice de inflação do mês anterior). O projeto abrange também os inativos e as pensionistas.


A proposição prevê a atualização mensal automática das tabelas de remuneração, através de decreto numerado.

O anexo projeto de lei é uma adaptação, da proposta do Executivo, aos quadros de servidores da Câmara. Mesmo porque, em relação ao Quadro Permanente, vige o princípio da isonomia.

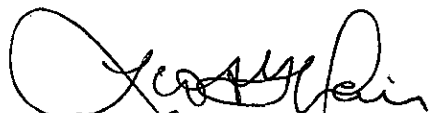
Se os Srs. Vereadores houverem por bem considerar e aprovar a proposta do Executivo, a ela anexamos a da Mesa Diretora, em relação aos funcionários da Casa.

É a justificação.

Sala das Sessões, 11 de maio de 1989.


Vereador JOÃO DA SILVA REIS
Presidente


Vereador JOSÉ ELOY DOS SANTOS
Vice-Presidente


Vereador LÉO ALBERTO KLEFÍN
1º Secretário